

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA  
FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE SOROCABA – Nº 03/2022, DE 17/02/2022 – PREVIDÊNCIA –**

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, com início às dez horas da manhã, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV, por videoconferência pelo aplicativo *GoogleMeet*, considerando o Decreto nº 26.828, de 05 de janeiro de 2022, que prorrogou o estado de calamidade pública no município de Sorocaba até 31/03/2022, bem como a recomendação do distanciamento social, como medida necessária ao enfrentamento da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus).

**SEÇÃO – I – FASE DE EXPEDIENTE (Art. 8º da Resolução FUNSERV 06/2020):**

A) Verificação do quórum: o Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva, Gestor dos Recursos do RPPS, verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: José Antonio de Oliveira Júnior, Gêmima Maria Pires e Cilsa Regina Guedes Silva. Participou também, como convidado, o Sr. Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira, membro suplente do Comitê de Investimento. As Sras. Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto, Maria do Socorro Souza Lima e Ana Paula Favero Sakano justificaram, previamente, a ausência nesta reunião. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos.

**SEÇÃO – II: APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS (Art. 8º da Resolução Funserv nº 06/2020).**

**ITEM 1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE JANEIRO/2022:** Inicialmente, o Sr. Edgar apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira em Janeiro/2022. Esclareceu que o saldo total da carteira, ao final do mês, era de R\$2.005.372.117,33 e que houve retorno negativo de -R\$9.280.675,34 correspondente a -0,46% e, dessa forma, abaixo da meta de rentabilidade para o mês, que foi de 0,95%, uma distância de 1,41% da meta, sendo este também o acumulado do ano. Na análise, por segmento, esclareceu que o volume de recursos alocados em renda fixa era de R\$1.209.404.689,52 e, neste segmento, houve retorno de R\$5.123.052,86, o que representou 0,43%. Destacou que o ativo, de renda fixa, em que houve maior retorno percentual foram os Títulos Públicos, com marcação na curva de juros, com retorno de 0,94%, bem próximo à meta de rentabilidade do mês (0,95%), mesmo com aportes ocorridos no decorrer do mês. Em seguida, apresentou um detalhamento da rentabilidade dos Títulos Públicos, evidenciando o retorno de 1,13% dos papéis que foram adquiridos em Dezembro/2021 e, portanto, retorno do mês todo. Apresentou o detalhamento da carteira de títulos públicos e esclareceu que a taxa média da carteira está em IPCA+5,77% a.a. Em seguida, apresentou os dados do segmento de renda variável. O total de recursos alocados neste segmento era de R\$639.460.851,06, com retorno de R\$7.404.200,59, o que representou 1,17%. Destacou que fundos de renda variável atrelados ao mercado interno apresentaram rentabilidade positiva, especialmente, aqueles indexados ao Ibovespa. Por outro lado, os fundos de renda variável vinculados ao S&P500, tiveram rentabilidade negativa. No segmento de investimento no exterior, o saldo ao final do mês era de R\$156.506.576,75, com retorno negativo de -R\$21.807.928,79, o que corresponde a -12,23%.

**ITEM 2 – ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO:** Em seguida, passou a análise do cenário econômico do mês. Preliminarmente esclareceu que, no parecer, constam, na íntegra, os principais materiais consultados e que subsidiaram a análise do cenário econômico deste Comitê, do qual apresentou um breve resumo. A respeito da política monetária, o COPOM elevou a SELIC em 10,75 % a.a., em sua última reunião, ainda em movimento de alta para conter

a crescente inflação. Este movimento de alta, iniciado em março/2021, saindo de uma Selic de 2% a.a., tem impactado os preços dos títulos públicos. Por um lado, oportunidades de aplicação direta nestes Títulos para carregar na marcação pela curva de juros, por outro, há a desvalorização dos fundos que são marcados a mercado. A próxima reunião do COPOM está prevista para 15 e 16 de março/22 e a expectativa do mercado está em torno dos próximos movimentos e, também, a respeito do momento do fim do ciclo de alta de juros. Segundo o Boletim FOCUS, a expectativa de SELIC para final de 2022 é de 12,25%. Além da questão da taxa de juros no Brasil, o mercado, a nível global, também aguarda o movimento de alta de taxa de juros a ser definido pelo FOMC, o Comitê de Política Monetária Norte Americano. A sinalização é de que o início da alta de juros ocorra a partir da próxima reunião, prevista, também, para os dias 15 e 16 de março/22. As expectativas estão em torno da forma como se dará esta elevação: em quantas vezes e em que percentuais aumentará. O mercado costuma ficar volátil, especialmente, nos dias que antecedem as reuniões dos Comitês de Política Monetária, brasileiro e norte americano. Com a agenda acima indicada, é possível que ocorram oportunidades de novos aportes em Títulos Públicos. A respeito da inflação, que não é um caso isolado do Brasil, o IPCA de Janeiro/2022 foi de 0,54%, em linha com a expectativa de mercado. O acumulado dos últimos 12 meses é de 10,38%. De acordo com o Boletim FOCUS a expectativa de inflação para 2022 é de 5,50%, com tendência de aumento. No atual cenário, com SELIC acima de dois dígitos e, considerando a meta atuarial para 2022 (IPCA + 4,95% a.a.), fundos referenciados DI passam a ser oportunidades de alocação interessantes, dado sua relação risco/retorno, especialmente, frente ao cenário volátil que se apresentada para 2022, em função das eleições que se aproximam. A questão cambial segue sendo monitorada, especialmente, pelo impacto na carteira de investimentos no exterior, pois os fundos que constam em carteira possuem exposição à variação cambial. O dólar encerrou 2021 cotado a R\$5,57 e, em 16/02/2022, chegou a R\$5,13, queda de -7,9% frente ao real. Contudo, a expectativa do mercado, de acordo com o Boletim FOCUS, é que, ao final de 2022, o dólar esteja cotado a R\$5,58. Portanto, perspectiva de valorização frente ao real, o que beneficiaria os fundos de investimento no exterior. O que se observou no mês de janeiro foi um movimento global de rotação dos investimentos, especialmente, do investidor estrangeiro. Houve um movimento de aportes em mercados emergentes, como é o caso de Brasil, especialmente, em empresas ligadas às commodities. O Brasil recebeu 4,5 bilhões de dólares e este investimento foi direcionado, especialmente, às empresas consolidadas. Esta entrada de dólar favoreceu a relação com o real, que se valorizou. Este cenário foi positivo para fundos de renda variável atrelado ao mercado brasileiro, cenário que tende a se manter, ao menos, até os próximos meses, dado o cenário de juros no mercado brasileiro. Por outro lado, a alta de juros esperada pelo mercado global e também o movimento de recursos das empresas de crescimento, como as da área de tecnologia, para empresa de valor, mais consolidadas, foram fatores que prejudicaram o desempenho dos índices internacionais, como é caso do S&P500 e, consecutivamente, os fundos de investimentos que buscam refletir tal índice, além de influenciar os fundos classificados como investimento no exterior. Por fim, informou que as preocupações com o ritmo de recuperação da atividade e a persistência inflacionária permanecem nas principais economias globais. Na última publicação das Perspectivas Econômicas Mundiais do FMI, a projeção de crescimento mundial foi revisada de 4,9 para a 4,4% (A/A) para 2022. **ITEM 3 - ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** o Sr. Edgar destacou pontos

importantes que constam na minuta do parecer do Comitê de Investimentos, tais como: atividade econômica no Brasil e no mercado global, trazendo o contexto que influenciou a rentabilidade da carteira em Janeiro/2022, conforme já citado. Informou que as aplicações e resgates ocorreram em conformidade com as propostas do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 13/12/2021, aprovada pelo Conselho Administrativo, em 15/12/2021 e, também, as operações para o decorrer de 2022 (fluxo de caixa), definidas na reunião do Comitê de Investimentos, em 20/01/2022, aprovada pelo Conselho Administrativo em reunião realizada em 27/01/2022. A respeito do enquadramento, verificou-se que está de acordo com os limites legais e com a Política de Investimentos, aprovada para 2022. **ITEM 4 – DESTINAÇÃO DOS NOVOS RECURSOS:** Em seguida, o Sr. Edgar apresentou as propostas da aplicação e migração de recursos para o mês de março/2022: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Março/2022, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, em torno de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais), propõe-se aplicação em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49, e; 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), propõe-se que sejam aplicados em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49. Na aplicação de títulos públicos, somente poderão ser adquiridos títulos com taxa de juros superiores a meta de rentabilidade (meta atuarial) de 4,95%, estabelecida para 2022 e, além disto, observar oportunidades de alocação compatíveis com aquelas indicadas no Estudo de ALM e os títulos que já integram a carteira, ou seja, com taxa de juros, ao menos, próximas daquelas que já foram adquiridas. Apresentou ainda, um quadro contendo a posição da carteira após as operações sugeridas, evidenciando a manutenção do enquadramento dentro do limite legal e o definido na Política de Investimentos para 2022. Em seguida, o Sr. Edgar abriu a palavras aos demais membros para esclarecer eventuais dúvidas acerca das propostas, não havendo manifestação. Isto posto, submeteu à votação as propostas de alocação de recursos sendo aprovadas por unanimidade. Esclareceu que a proposta de aumento do Limite Superior de aplicação em Títulos Públicos Federais, de 30% para 100%, aprovada por este Comitê na última reunião não foi aprovada na reunião do Conselho Administrativo, realizada em 27/01/2022, visto que não houve a composição de quórum qualificado, exigido para sua aprovação. **ITEM 5 – ATUALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:** O Sr. Edgar esclareceu que a Portaria MPS nº 519/2011 estabelece que a análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento das instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses. Dessa forma, disponibilizou acesso, via *GoogleDrive*, ao processo nº 180/2022, que possui o termo de análise e todos os documentos relativos ao credenciamento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., como administradora e gestora de fundos de investimento. Em seguida, passou a palavra aos membros do Comitê para esclarecer eventuais dúvidas, não havendo pedido de esclarecimento por parte dos membros do Comitê. Em seguida, submeteu à

aprovação a renovação do credenciamento da instituição BB Gestão de Recursos DTVM S.A., como administradora e gestora de fundos de investimento, sendo aprovado por unanimidade. ITEM 6 - ASSUNTOS GERAIS: o Sr. Edgar comentou da importância da certificação profissional dos membros do Comitê de Investimentos, especialmente, em função das exigências contidas na Portaria SEPRT/ME nº 9907/2020, não só para cumprimento do requisito, mas também para enriquecimento do próprio Comitê de Investimentos. Informou que as atuais certificações (CPA10) que foram obtidas até 31/03/2022 serão consideradas e que, a partir de 01/04/2022, quem não as possuir, deverá obter as novas certificações estabelecidas aos membros de Comitê de Investimento do RPPS. Informou que manteve contato com a Sra. Gêmina e Cilsa, as quais estão participando de um curso CPA-10 durante esta semana e agradeceu o empenho de ambas para aprofundar o conhecimento na área e obter a certificação institucional. Após verificar que as pautas da reunião foram tratadas pelo Comitê, o Sr. Edgar abriu a palavra aos demais membros para assuntos gerais. O Sr. José Antonio, diretor administrativo e financeiro da FUNSERV, informou que, nas últimas reuniões institucionais realizadas com instituições financeiras, estas elogiaram a qualidade de gestão de investimentos. Dessa forma, agradeceu a todos os membros do Comitê pelo empenho nas atividades e a busca na excelência na gestão dos recursos. Destacou este olhar voltado para o servidor público e lembrou que os recursos que estão sob gestão não pertencem ao RPPS, mas sim aos servidores, visto que devem ser preservados para garantir o pagamento das futuras aposentadorias e pensões. Em seguida, o Sr. Edgar abriu a palavra aos demais membros, não havendo manifestação. Tendo concluído os assuntos relacionados aos recursos previdenciários, passou a análise dos recursos da assistência à saúde, conforme ata separada (Res. 06/2020 – Art. 10, §3º). Informou aos membros que a ata desta reunião, bem como o parecer seguirão, via e-mail, para confirmação de seu conteúdo, conforme previsto no regimento interno (Res. 06/2020 – Art. 10, VIII). Nada mais havendo a ser tratado, eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às dez horas e trinta minutos, lavrei a presente ata que segue ao conhecimento e aprovação dos presentes.-----

**Edgar Aparecido Ferreira da Silva**  
Gestor dos Recursos do RPPS

**Presentes na Reunião:**

| Nome                              | Função          | Assinatura |
|-----------------------------------|-----------------|------------|
| Edgar Aparecido Ferreira da Silva | Membro Titular  |            |
| José Antonio de Oliveira Júnior   | Membro Titular  |            |
| Gêmina Maria Pires                | Membro Titular  |            |
| Cilsa Regina Guedes da Silva      | Membro Titular  |            |
| Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira | Membro Suplente |            |

